

## **A intervenção da CEDEAO na Costa do Marfim: dinâmicas pós-coloniais nos processos de paz regionais**

*ECOWAS Intervention in Ivory Coast: Post-colonial Dynamics in Regional Peace Processes*

**Mário Gonçalves**

---



**Edição electrónica**

URL: <https://journals.openedition.org/eces/8587>

DOI: 10.4000/120rn

ISSN: 1647-0737

**Editora**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

**Refêrencia eletrónica**

Mário Gonçalves, «A intervenção da CEDEAO na Costa do Marfim: dinâmicas pós-coloniais nos processos de paz regionais», *e-cadernos CES* [Online], 40 | 2023, posto online no dia 15 julho 2024, consultado o 20 julho 2024. URL: <http://journals.openedition.org/eces/8587> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/120rn>

---



Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.

**MÁRIO GONÇALVES**

## **A INTERVENÇÃO DA CEDEAO NA COSTA DO MARFIM: DINÂMICAS PÓS-COLONIAIS NOS PROCESSOS DE PAZ REGIONAIS**

**Resumo:** O debate académico sobre a regionalização de segurança destaca as deficiências técnicas, económicas e institucionais das organizações regionais, bem como as relações de amizade-inimizade entre os seus membros, como os principais obstáculos aos processos de paz e segurança regionais. Menos atenção tem sido dada aos efeitos das dinâmicas pós-coloniais, sobretudo as relações entre as ex-potências coloniais e as ex-colónias, nestes processos. Partindo desta lacuna, este artigo analisa a influência das dinâmicas pós-coloniais nos processos de paz regionais, usando como estudo de caso as intervenções da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) na Costa do Marfim (2002-2007). Através da análise qualitativa de fontes primárias e secundárias, o artigo defende que estas intervenções não conseguiram estabelecer uma paz positiva no país, devido a jogos de poder e interesses resultantes de dinâmicas pós-coloniais.

**Palavras-chave:** CEDEAO, conflitos violentos, Costa do Marfim, dinâmicas pós-coloniais, intervenções para a paz.

## **ECOWAS INTERVENTION IN IVORY COAST: POST-COLONIAL DYNAMICS IN REGIONAL PEACE PROCESSES**

**Abstract:** The academic debate on security regionalization highlights the technical, economic and institutional deficiencies of regional organizations, as well as the friendship-enmity relationships between their members, as the main obstacles to regional peace and security processes. Less attention has been paid to the effects of postcolonial dynamics, especially the relationships between former colonial powers and former colonies on these processes. Starting from this gap, this article analyzes the influence of post-colonial dynamics on regional peace processes using as a case study the interventions of the Economic Community of West African States (ECOWAS) in Ivory Coast (2002-2007). Through qualitative analysis of primary and secondary sources, the article argues that these interventions failed to establish positive peace because of power struggles and interests arising from post-colonial dynamics.

**Keywords:** ECOWAS, interventions for peace, Ivory Coast, post-colonial dynamics, violent conflicts.

## INTRODUÇÃO\*

Na década de 1990, os desafios de segurança resultantes da dissolução do bloco soviético fizeram com que a Organização das Nações Unidas (ONU) e muitas organizações regionais e alianças defensivas repensassem as suas lógicas securitárias e, em alguns casos, se reinventassem (Morris e McCoubrey, 1999). A fim de atender a essas demandas, a ONU criou mecanismos de apoio à paz e segurança, enfatizando a extensão das ações e alianças defensivas das organizações regionais (*ibidem*), conforme os princípios contidos no capítulo VIII da sua Carta Magna. Não obstante o reconhecimento do papel dessas organizações na governança global, há um grande debate, sobretudo no âmbito acadêmico, sobre as suas naturezas, diversidades e capacidades para promoverem uma paz sustentável no plano regional e, conseqüentemente, contribuir para a estabilidade global (*ibidem*). De modo geral, essas discussões concentram-se nas análises dos processos institucionais e regionais, apontando as limitações técnicas, económicas e institucionais das organizações regionais, bem como as relações de amizade e conflitualidade no seu seio como os principais obstáculos à promoção da paz e segurança regional (Diehl, 1994, 2003; Enuka, 2016; Freire e Lopes, 2009; Lepgold, 2003; Tavares, 2008).

Apesar da pertinência desses argumentos, defendemos a necessidade de se prestar maior atenção aos efeitos das dinâmicas pós-coloniais, especialmente as relações entre as ex-potências coloniais e as suas ex-colónias, nos processos de paz regionais. Isso tendo em conta que essas organizações são, na sua maioria, periféricas e incorporam inúmeras clivagens decorrentes do colonialismo e das estratégias de descolonização. Partindo desta lógica, analisamos a influência das dinâmicas pós-coloniais, em particular as relações entre as ex-potências coloniais e as suas ex-colónias bem como as disputas geopolíticas e de poder entre as ex-potências coloniais e alguns líderes/países regionais, nestes processos, tomando como estudo de caso as intervenções da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) nos conflitos violentos na Costa do Marfim.

Para um melhor enquadramento da nossa análise, abordamos, primeiramente, as implicações das dinâmicas coloniais e pós-coloniais, máxime a relação entre a Costa do Marfim com a sua antiga potência colonial e com alguns líderes regionais na construção do Estado pós-colonial e na eclosão e intensificação da violência armada de 2002-2007. Em seguida, examinamos as intervenções para a paz da CEDEAO na Costa do Marfim, focando as influências das dinâmicas pós-coloniais, mormente as disputas entre os líderes regionais e a intervenção francesa na sustentabilidade da mesma. Defendemos

---

\* Este trabalho é baseado em parte da tese de doutoramento desenvolvida com o financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia sob a referência PD/BD/135323/2017 (cf. Gonçalves, 2023).

que, a violência armada de 2002-2007 é consequência das dinâmicas violentas do colonialismo perpetradas pela lógica governamental do Parti démocratique de Côte d'Ivoire-Rassemblement démocratique africain (PDCI-RDA)<sup>1</sup>, no período pós-colonial, bem como das disputas pelo poder e recursos entre os líderes marfinenses, intensificadas após a abertura política e a morte do presidente Félix Houphouët-Boigny, em 1993. Não obstante as implicações das debilidades económicas e técnicas da CEDEAO, as suas intervenções na Costa do Marfim não alcançaram a sua finalidade de estabelecer uma paz positiva duradoura, devido aos jogos de poder e interesses que surgiram das dinâmicas pós-coloniais, especialmente as disputas pelo poder e protagonismo entre os líderes regionais e o desejo da França de preservar os seus interesses no país e na região.

Apresentando como base teórica as abordagens conceituais dos Estudos para a Paz e dos Estudos Críticos de Segurança, o estudo desenvolve-se a partir de metodologias qualitativas de recolha e análise de informação – pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas qualitativas semiestruturadas<sup>2</sup>.

## 1. QUADRO CONCEPTUAL

Emergente das movimentações sociais e institucionais em prol da paz internacional, os Estudos para a Paz tiveram um papel primordial na promoção da paz, pautada por um objetivo maior de emancipação social e política dos povos, com destaque para aqueles que vivem na periferia sistémica (Cravo *et al.*, 2018). Numa lógica de complementaridade, tendo em conta o enlace entre a paz e a segurança, os Estudos Críticos de Segurança promoveram análises críticas sobre as diferentes formas de dominação e insegurança/violência que foram marginalizadas e/ou ignoradas pelas abordagens de segurança tradicionais, apresentando abordagens críticas que também assentam na promoção de políticas emancipatórias (Bellamy e Williams, 2005; Booth, 1991, 2005; Jones, 1995, 1999).

---

<sup>1</sup> Partido político fundado em 1946 por Félix Houphouët-Boigny (Mundt, 1995).

<sup>2</sup> Tanto o Entrevistado A – um alto funcionário da Comissão da CEDEAO – como o Entrevistado B – um jornalista e ativista social marfinense que teve relações próximas com figuras políticas da Costa do Marfim – não permitiram a exposição dos seus nomes. O primeiro justifica a decisão de manter o anonimato por temer represálias profissionais, enquanto o segundo fundamenta a decisão por temer represálias políticas, uma vez que já sofreu perseguição política e teve de deixar a Costa do Marfim. A conversa com o Entrevistado A decorreu a 8 de fevereiro de 2020 e a conversa com o Entrevistado B a 18 de outubro de 2022, ambas foram realizadas via Zoom.

Também foram entrevistados, via Zoom, Francisco Henriques Silva, Embaixador de Portugal na Costa do Marfim entre 1999 e 2001, a 18 de fevereiro de 2021 e Lansana Gberie, Embaixador da Serra Leoa na ONU, Genebra (Suíça), que participou das conversações de paz durante a Guerra Civil da Serra Leoa e do processo de paz na Costa do Marfim, a 2 de setembro de 2022. Entrevistou-se ainda presencialmente, a 4 de março de 2020, em Abuja (Nigéria), Usman Yusuf, Diretor da Força de Alerta da CEDEAO. As referências a estas entrevistas ao longo do texto serão, respetivamente, colocadas da seguinte forma: Silva, 2021; Gberie, 2022; Yusuf, 2020.

De facto, na perspetiva de um dos maiores nomes dos Estudos para a Paz, Johan Galtung, existem três tipos de violência – a direta, a estrutural e a cultural – que devem ser erradicadas pelas três categorias de paz correspondentes. Entendida como um conjunto de mecanismos sistémicos de injustiça e morte, resultante da desigualdade de poder e da injustiça (Galtung, 1969), a violência estrutural pode ser combatida por meio da paz estrutural. Isso significa promover a igualdade e a justiça para todos, através da satisfação das necessidades básicas e distribuição de bens e serviços (Galtung, 1969, 1990, 2005). A violência direta, definida como a agressão/eliminação física do outro, consegue ser contida pela paz direta, ou controlo não violento e punições positivas. Já a violência cultural, a produção de ideias justificativas das demais violências, é suscetível de ser pugnada pela paz cultural, isto é, pela cooperação e respeito por todas as formas de vida (*ibidem*). Com essas abordagens, Galtung e os seus contemporâneos apresentaram a ideia da paz negativa como a ausência de guerra ou de violência direta e da paz positiva como a efetivação de uma comunidade humana integrada e harmoniosa, portanto, a erradicação das diversas formas de violência (Galtung, 1969, 1990, 2005). Mais, estes autores evidenciam que a edificação de uma paz positiva duradoura implica a erradicação das condições que permitem a violência, no seu sentido amplo, a partir da criação de condições para o desenvolvimento económico, da justiça social e dos direitos humanos (Galtung, 1969).

Os teóricos dos Estudos Críticos de Segurança, entre os quais se destacam Barry Buzan, Ole Waever, Didier Bigo, Ken Booth e Wyn Jones, incentivam, principalmente os formuladores de políticas, a pensarem a segurança nacional e internacional como algo mais do que a defesa militar. Os processos de segurança, defendem, precisam de estar vinculados à segurança dos indivíduos, ou seja, à segurança humana. Em termos práticos, isso significa promover políticas emancipatórias que têm em consideração questões sobre justiça e direitos humanos (Booth, 2001), isto é, extrapolar a preocupação com as armas, para passar a incluir a preocupação com a dignidade humana, a eliminação da ameaça de dor (involuntária), medo, fome e pobreza (Jones, 1999).

No período pós-disputa bipolar, essas concepções, ancoradas em promessas emancipatórias, foram chamadas a alimentar políticas de promoção da paz e segurança internacionais, afirmando-se como alternativas credíveis às tradicionais abordagens estatocêntricas. Não obstante, as promessas emancipatórias dos Estudos para a Paz sucumbiram, rapidamente, traduzindo-se em dinâmicas globais de dominação e hierarquização (Cravo *et al.*, 2018; Pureza, 2011), dando jus às denúncias de Lars Dencik, segundo as quais, este campo analítico arriscava transformar-se numa ferramenta de controlo e de pacificação, que mais não é do que uma fixação ideológica

liberal (Pureza, 2011). Com efeito, apesar de o projeto de paz liberal, legitimado pelos estudiosos da paz, ser compósito e agregar dinâmicas de paz muito diversas (*ibidem*: 15), a sua resposta “transformadora/emancipadora à periferia” afigurou-se como uma experimentação que envolve a transferência de modelos ocidentais de organização social, política e económica para países dilacerados pela guerra, o que acaba por ser uma pacificação pela liberalização política e económica (Paris, 1997, 2002).

Nesse contexto, a lógica de paz positiva, a eliminação de todas as formas da violência e a edificação de uma comunidade humana harmoniosa e integrada, amplamente professada pelos estudiosos da paz (Galtung, 1969, 1990, 2005), parece ter-se perdido. Os Estudos para a Paz viram-se, assim, obrigados a reconfigurar as suas abordagens analíticas de modo a resgatar a sua legitimidade como uma área crítica ao serviço da paz internacional (Pureza, 2011). A viragem local (*local turn*), a maior atenção às dinâmicas locais/regionais nos processos de promoção da paz (Mac Ginty e Richmond, 2013), pode ser vista como o retorno à sua componente crítica. Isso tendo em conta o seu potencial de promover uma “descolonização radical” dos processos de paz, a partir de uma crítica ao “absolutismo da paz liberal”, e a consequente diversificação de alternativas de modo a encontrar verdadeiras parcerias que permitem eliminar as várias formas da violência e edificar uma comunidade humana integrada, harmoniosa e justa.

Na década de 1990, a viragem local esteve ligada à ideia de construção da paz de baixo para cima, com ênfase nos espaços de colaboração entre atores internacionais e locais, com o intuito de empoderar estes últimos durante os processos de construção da paz (Maschietto, 2016). No entanto, foi suscetível a inúmeras críticas pela não diferenciação entre o local como elite e o local como marginalizados, e pelo enquadramento do local em meras práticas participativas formais (*ibidem*). Em resposta a essas críticas, nos anos 2000, ocorreu uma reconfiguração analítica dessa lógica, resultando naquilo que pode ser descrito como a “viragem local crítica” (*ibidem*).

Decorrentes das perspetivas pós-coloniais, essas abordagens focam questões como o bem-estar social, as desigualdades e questões éticas relacionadas com a construção da paz, reivindicando, assim como os Estudos Críticos de Segurança, a emancipação dos marginalizados (Mac Ginty e Richmond, 2013; Richmond, 2011, 2014). Nessa lógica, entende-se que as intervenções para a paz necessitam de transcender a mera construção de instituições funcionais e assentar, sobretudo, na segurança/emancipação dos indivíduos (segurança humana) (Bellamy e Williams, 2005; Booth, 2005; Jones, 1999). Com isso, não obstante as críticas ao projeto de paz liberal validada pelos estudiosos da paz, as suas abordagens continuam a alimentar e a definir boa parte das ações dos vários atores que assumiram, ou foram chamados a assumir,

a responsabilidade de encetar esforços para a promoção da paz internacional (Cravo *et al.*, 2018), mormente as organizações regionais, como a CEDEAO. É sob esse prisma, e ciente da necessidade de análises críticas sobre as dinâmicas que influem os processos de paz regionais, que desenvolvemos o nosso estudo.

## **2. COSTA DO MARFIM: DA COLONIZAÇÃO À CONSTRUÇÃO DO ESTADO PÓS-COLONIAL**

A compreensão dos diferentes momentos históricos na construção de um país ajuda a identificar os fatores que influenciam a ocorrência de conflitos violentos (Filho, 2012), bem como os processos de paz neste mesmo país. Partindo desta lógica, começamos a nossa análise com uma discussão sucinta sobre as influências das dinâmicas coloniais e pós-coloniais, nomeadamente a herança das violências culturais e estruturais do colonialismo, a dependência estrutural da ex-metrópole e as disputas pelo poder entre as elites políticas nacional e regional na construção do Estado pós-colonial marfinense e na eclosão da violência armada de 2002-2007. Com isso, visamos contribuir para uma melhor abordagem e compreensão das intervenções para a paz da CEDEAO nesse país.

Uma análise profunda do colonialismo francês em África, e na Costa do Marfim em específico, revela um processo marcado por violências físicas, estruturais e culturais (Penna Filho e Koffi, 2014; Maganda, 2020; Marshall-Fratani, 2006; McNamara, 1989; Zolberg, 1969). Não obstante as mazelas das violências físicas/diretas, foram as violências culturais e estruturais expressas sobretudo na estratégia económica (exploração de matérias-primas, mormente de produtos agrícolas), na política de assimilação (abandono do *modus vivendi* da população local a favor da cultura francesa) e na hierarquização e/ou divisão da população com base nos ideais “civilizados-não civilizados” que maior impacto tiveram na construção do Estado pós-colonial marfinense. Aliada à estratégia de descolonização, cujo maior intuito era salvaguardar os interesses franceses nesse território (Chafer, 2001; Gregory, 2000), e às disputas (interesses) pelo poder e recursos entre os líderes marfinenses, essas dinâmicas influíram negativamente nos processos da construção do Estado pós-colonial marfinense, sendo, por isso, a causa histórica do seu subdesenvolvimento, pobreza e instabilidade social e política (Maganda, 2020).

A Costa do Marfim tornou-se independente a 7 de agosto de 1960, sob a égide de Félix Houphouët-Boigny (Kohler, 2003; Mundt, 1995; Soares, 1986) e de um pequeno grupo a ele associado que tinham assumido a liderança deste território, em 1952, quando a administração colonial decidiu cooptar o PDCI-RDA (de que eram lideranças), como os seus sucessores locais (Crook, 1990: 24). Portanto, como nas outras colónias francesas da África-subariana, as negociações para a independência estabeleceram-

se com a elite local que servira o governo colonial (Harshe, 1980). Por conseguinte, no momento da construção do Estado pós-colonial, essa elite procurou a autorrealização política mediante um relacionamento “euro-africano” permanente, conferindo as bases para que Paris continuasse a dominar os processos económicos, políticos e de segurança da Costa do Marfim independente (Bamba, 2016; Harshe, 1980; Meledje, 2018; Zolberg, 1969), dificultando o processo democrático e o desenvolvimento socioeconómico inclusivo do novo Estado (Maganda, 2020). Assim, a sua independência não significou, necessariamente, uma rutura com as dinâmicas violentas do colonialismo francês. Devido à estratégia de descolonização e à lógica governamental assumida pelo presidente Houphouët-Boigny e pelo PDCI-RDA, a Costa do Marfim continuou a sofrer com a dependência estrutural da ex-metrópole, com consequências nocivas nas suas dinâmicas socioeconómicas e políticas (Ahipeaud, 2010).

O sistema de partido único, o PDCI-RDA – um partido-Estado, centrado na figura do líder/presidente Félix Houphouët-Boigny, que prevaleceu durante três décadas, com o apoio tácito das forças militares francesas alocadas no país –, além de enraizar os interesses franceses no país, dificultou a edificação de instituições democráticas e a separação harmoniosa dos poderes legislativo, executivo e judicial, essenciais à construção coesa de um Estado de direito pós-colonial (Badmus, 2009; Silva, 2021). Reflexo das violências culturais e estruturais do colonialismo, o PDCI-RDA, ou o regime Boigny, manteve uma forte componente étnico-religiosa. Pertencente à etnia Baulé/Akan, que se identifica como “marfinense genuína” (Badmus, 2009), e sendo cristão/católico, Houphouët-Boigny baseou o seu poder no mito da superioridade de alguns grupos étnicos no que concerne à governação, destacando o grupo étnico específico ao qual pertencia – e marginalizando outros grupos étnicos, com destaque para os Dioula/Mandés e os Béte (Akindès, 2004; Badmus, 2009; Konate, 2004).

Portanto, com pouca diferença do governo colonial, devido à dependência estrutural da ex-metrópole, e dos interesses pessoais e de “clã”, o regime de Houphouët-Boigny (1960-1993) e do PDCI-RDA limitou os direitos políticos e civis a boa parte da população marfinense (Bamba, 2016; Silva *et al.*, 2011). A sua estratégia de desenvolvimento deu continuidade às lógicas violentas do período colonial, nomeadamente a marginalização das regiões menos propensas à agricultura comercial, estimulando, assim, as clivagens socioeconómicas, com fortes componentes étnico-religiosas, que surgiram com o período colonial (Ahipeaud, 2010; Akindès, 2004; Daddieh, 2001; Vogel, 1991). De facto, desde o período colonial, por pragmatismo económico e administrativo, as regiões do sul e leste, mais propensas a agricultura comercial, tiveram maior investimento e,

consequente desenvolvimento, em detrimento do norte e oeste que não tinham as mesmas potencialidades agrícolas (Bamba, 2016; Vogel, 1991; Zolberg, 1969).

Ora, a região sul é habitada predominantemente por cristãos e grupos étnicos, como os Baulé/Akan, que se identificam como “marfinenses genuínos”. Enquanto isso, o norte é maioritariamente habitado por muçulmanos, que frequentemente são vistos como descendentes de emigrantes do Burkina Faso, do Mali e da Guiné, que entraram no país, desde o período colonial, para trabalhar na agricultura comercial (Ahipeaud, 2010; Akindès, 2004; Crook, 1989; Daddieh, 2001; Vogel, 1991). Por isso, são tratados como cidadãos de segunda classe, fomentando as cristações regionais com fortes componentes étnico-religiosas. A lógica governamental do período pós-independência incrementou essas clivagens, com a usurpação de direitos de muitos desses cidadãos em participar na distribuição justa ou gratificação dos dividendos económicos e de poder (*ibidem*).

Na verdade, a lógica governamental do período pós-independência fortaleceu-se, com um sucesso ilusório, nas duas primeiras décadas da independência, ao ponto de ser considerado “o milagre marfinense” (Ahipeaud, 2010; Bamba, 2016). Porém, com as poucas mudanças do período colonial, conforme referido, continuou a marginalizar populações, estimulando a imigração de trabalhadores agrícolas dos países vizinhos (na sua maioria islâmica), em particular do Alto Volta (atual Burkina Faso), criando as condições prévias para a rutura socioeconómica e política do país (Collier, 2009; Ogwang, 2011; Silva, 2021). Com as crises económicas que o país enfrentou nos anos 1980, essas dinâmicas intensificaram as rivalidades étnicas e regionais, formando a base dos cálculos de liderança (Crook, 1989), com repercussões negativas na estabilidade social e política, principalmente após a abertura política, no início dos anos 1990, e a morte do presidente Félix Houphouët-Boigny, a 7 de dezembro de 1993 (Daddieh, 2001; Kohler, 2003; Mazgelyte, 2014; Widner, 1991).

De facto, a morte de Houphouët-Boigny, no momento em que o país se deparava com inúmeros desafios socioeconómicos e políticos, incrementou as disputas internas no PDCI-RDA, as ambições pelo poder e recursos da elite política, bem como o reforço da discriminação e da marginalização étnico-regional, repercutindo-se no fomento da instabilidade sociopolítica (Daddieh, 2001; Konate, 2004). Entende-se do exposto, que apesar de alguns autores associarem a violência armada de 2002-2007 a causas recentes, com destaque ao incentivo à lógica de *ivoirité*<sup>3</sup> e à destruição do projeto de

---

<sup>3</sup> *Ivoirité* é um conceito de cariz nacionalista e xenófobo criado por alguns “intelectuais” do sul do país, através do qual somente filhos de marfinenses nascidos na Costa do Marfim eram vistos como autênticos cidadãos marfinenses, enquanto os imigrantes e filhos de imigrantes eram tratados como cidadãos de segunda classe e excluídos de alguns direitos civis/políticos. Akindès (2004: 6) aborda essa ideologia como uma expressão específica da reinvenção de uma *persona* coletiva marfinense, em reação ao efeito de mais

Estado nacional, criado pelo presidente Houphouët-Boigny e pelo seu sucessor Konan Bédié (Konate, 2004; Silva *et al.*, 2011), essa violência reflete contradições várias, muitas das quais com raízes longínquas.

Com efeito, a lógica de *ivoirité*, esta reivindicação de uma *persona* coletiva marfinense (Akindès, 2004), e o fracasso do projeto de Estado pós-colonial são consequências das dinâmicas violentas do colonialismo que foram perpetradas pela lógica governamental do PDCI-RDA, sob a liderança de Houphouët-Boigny, e das disputas pelo poder intensificadas com a morte do mesmo. É no sentido de encontrar um bode-expiatório pelo mau desempenho económico do país, e alavancar a sua ambição política, que Konan Bédié articulou medidas xenófobas e racistas (a referida *ivoirité*) em emendas constitucionais (Daddieh, 2001; Kohler, 2003; Konate, 2004), gerando uma realidade política dominada por três personalidades com fortes componentes étnico-regionais. Por um lado, o próprio Henri Konan Bédié, herdeiro do mito da aristocracia Baulé-Akan, que tinha um eleitorado concentrado, principalmente, no centro, sul e sudeste do país (Akindès, 2004; Konate, 2004; Mazgelyte, 2014). Por outro, Laurent Gbagbo, um dos principais críticos da lógica governamental de Houphouët-Boigny, para alguns, herdeiro da obra de Kragbé Gnagnbé e símbolo da união das populações Bété, que tinha o apoio de uma considerável franja das populações do oeste, que se consideravam marginalizadas na redistribuição dos dividendos do crescimento económico das duas primeiras décadas do período pós-independência (*ibidem*). E, por último, Alassane Dramane Ouattara, candidato dos dissidentes do PDCI-RDA, e apoiado, em particular, pelos muçulmanos do norte (*ibidem*).

É essa nova dinâmica sociopolítica, essa disputa pelo poder e recursos, aliada às dinâmicas regionais impulsionadas por crispações resultantes do processo colonial e das dinâmicas pós-coloniais, nomeadamente as disputas pelo poder e protagonismo regional, que contribuíram para a eclosão e intensificação das violências armadas entre 2002-2007. A ativação da lógica de *ivoirité* impediu a candidatura dos dois principais adversários políticos – Alassane Ouattara por razões de “ilegibilidade” e Laurent Gbagbo por ter protestado o que considerou ser um processo eleitoral injusto –, ao ato eleitoral de 1995, permitindo a vitória eleitoral de Konan Bédié (Collier, 2009; Kohler, 2003; Konate, 2004; Ogwang, 2011). As clivagens inerentes a esse processo eleitoral incitaram violências várias com repercussões nefastas para a estabilidade social e política do país. Laurent Gbagbo, por exemplo, tentou juntar a oposição, nomeadamente Ouattara e os seus apoiantes, para boicotar as eleições (Collier, 2009; Ogwang, 2011). Essas dinâmicas ganharam nova dimensão com a perpetuação de ações racistas e

---

de três décadas de abertura económica, que serviu para neutralizar a expressão de qualquer identidade específica.

xenófobas, o alastramento de corrupção (Kohler, 2003) e as crispções com alguns elementos das Forças Armadas, resultando no golpe militar de 24 de dezembro de 1999 e a ascensão do General Robert Guëi<sup>4</sup> à presidência do país (Daddieh, 2001; Kohler, 2003).

A continuidade, senão intensificação dessas medidas racistas e xenófobas por parte do General Guëi, nos 10 meses que liderou a Costa do Marfim, em parte pelo seu anseio de se perpetuar no poder, marcou o processo eleitoral de 2000 e esteve na base dos conflitos iniciados em 2002 (Collier, 2009; Daddieh, 2001; Kohler, 2003; Konate, 2004). A vitória de Laurent Gbagbo nas eleições presidenciais de 2000, e a tentativa do General Guëi de boicotar os resultados eleitorais, fez com que o país mergulhasse num clima de tensão e disputas étnicas e políticas (Collier, 2009; Kohler, 2003; Silva, 2021), culminando na eclosão da violência armada de 2002. É após o falhanço do golpe de Estado, em 19 de setembro de 2002, “orquestrado” pelo General Robert Guëi, que se tinha refugiado no Benim após tentar boicotar os resultados das eleições de 2000, que o país mergulhou nos confrontos violentos.

À parte dessas dinâmicas internas, o processo colonial e a estratégia de descolonização assumida por Paris, aliada aos interesses dos líderes marfinenses impulsionou rivalidades entre a Costa do Marfim, a sua liderança, e alguns países/líderes regionais. Devido ao seu anseio em liderar a francofonia e a África Ocidental, desde os primórdios da sua independência, a Costa do Marfim, e em particular a sua liderança, destacou-se como principal aliada da sua ex-metrópole, a França, e um dos países com maior predisposição antianglófona na região (Fawole, 2004). Por isso, o presidente Houphouët-Boigny teve uma postura crispante com alguns líderes/países da região, principalmente os do bloco anglófono (a Nigéria e o Gana), e nalguns casos até interferiu nas dinâmicas internas desses países (nas guerras civis na Nigéria, Libéria e Serra Leoa) (Fawole, 2004; Entrevistado A, 2020). Essa postura incitaria a intrusão de países/líderes regionais e a sua ex-potência colonial, a França, nas violências armadas de 2002-2007, o que além de contribuir para a intensificação das mesmas, ameaçou tornar o conflito regional, tendo ainda afetado negativamente os processos de paz da CEDEAO (Bovcon, 2009; Fawole, 2004; Kamara, 2000; Silva *et al.*, 2011).

---

<sup>4</sup> Apesar de o golpe de Estado de 1999 ter sido liderado pelo oficial das Forças Armadas Nacionais da Costa do Marfim, Tuo Fozié, existem fortes rumores de que o General Robert Guëi tenha sido o cérebro do mesmo. Importa frisar que, devido às clivagens com o presidente Konan Bédié e após acusação de conspiração para o golpe de Estado, o General Robert Guëi foi exonerado do cargo de Chefe das Forças Armadas e excluído do exército, em 1997, pelo presidente Bédié. Após a consumação do golpe de Estado de 1999, Robert Guëi foi apresentado pelos golpistas como chefe do Comité Nacional de Salvação Pública, tendo assumido a presidência da Costa do Marfim entre 24 de dezembro de 1999 e 26 de outubro de 2000.

Acredita-se que os apoios dos mercenários liberianos e ex-combatentes da Revolutionary United Front (RUF) da Serra Leoa aos grupos opositores, portanto, aos apoiantes da rebelião contra o presidente Laurent Gbagbo, derivaram da relação de amizade entre os líderes marfinenses, nomeadamente Félix Houphouët-Boigny e o seu ciclo próximo, entre os quais Robert Guèi e Charles Taylor (National Patriotic Front of Liberia) e Foday Sankoh (RUF) (Silva *et al.*, 2011). Já a intervenção francesa nesses conflitos violentos, o seu apoio às forças opositoras, devem-se à necessidade de manter o *status quo* no país, ameaçada pela ascensão de Gbagbo à presidência (Check, 2019; Entrevistado A, 2020; Entrevistado B, 2022). Lembramos que Laurent Gbagbo era um dos principais críticos da relação com a antiga metrópole e, quando assumiu a presidência da Costa do Marfim, tentou implementar reformas políticas e económicas que contrariavam os interesses franceses (Entrevistado B, 2022; Tchouteu, 2021). De facto, sob a sua presidência, a Costa do Marfim fez parte de uma “nova fronteira” de disputa entre as potências clássicas e emergentes como a China, a Índia e o Brasil, o que ameaçava os interesses franceses no país (Penna Filho e Koffi, 2014: 170; Yusuf, 2020).

Por conseguinte, Paris e os seus aliados políticos marfinenses, entre os quais Alassane Ouattara, tudo fizeram para tirar Gbagbo da arena política (Entrevistado B, 2022; Tchouteu, 2021). Isso justifica o facto de Paris ter recusado apoio militar às forças governamentais, mesmo após a solicitação por parte de Gbagbo (Bovcon, 2009). Cabe lembrar que os acordos de segurança existentes entre os dois países incitam o apoio das forças francesas ao governo marfinense em situação de ameaça, mormente externa (Piccolino, 2011). Aliás, os numerosos acordos de defesa entre os dois países, assinados nos primórdios da independência, entregaram a segurança da Costa do Marfim, sobretudo a externa, aos militares franceses, permitindo o estabelecimento de uma base militar permanente francesa em Abidjan (*ibidem*). Esta decisão minou o desenvolvimento das Forças Armadas Nacionais da Costa do Marfim, de modo que tiveram inúmeras dificuldades em fazer face às incursões rebeldes, dando as bases para uma participação ativa das forças militares francesas no país (*ibidem*).

Denota-se do exposto que a eclosão e a intensificação da violência armada de 2002-2007 se devem a conjugação das dinâmicas internas e regionais, nomeadamente as dinâmicas violentas do colonialismo, perpetradas pela lógica governamental do PDCI-RDA, no período pós-colonial; as disputas pelo poder e recursos entre os líderes marfinenses, intensificadas após a abertura política e a morte do presidente Houphouët-Boigny em 1993; e as disputas pelo poder e protagonismo regional. As ameaças que esses conflitos violentos apresentaram à estabilidade regional, incitaram a interferência de vários atores regionais e extrarregionais no sentido de diluir as crispções entre os

beligerantes e (re)estabelecer a paz e a segurança no país. Em seguida, debruçar-nos sobre as intervenções da CEDEAO, alocando as influências das dinâmicas pós-coloniais, sobretudo as relações entre a Costa do Marfim e a sua antiga potência colonial, a França, e as disputas pelo poder e protagonismo entre os líderes da região nesse processo.

### **3. A INTERVENÇÃO DA CEDEAO NA COSTA DO MARFIM**

Uma análise mais atenta das intervenções da CEDEAO na Costa do Marfim (2002-2007), *peacemaking* e *peacekeeping*, revela um impacto nocivo das dinâmicas pós-coloniais, nomeadamente as relações entre as ex-potências coloniais e as suas ex-colónias, e as disputas pelo poder entre alguns líderes regionais, nos processos de paz regionais. Além das fragilidades internas da CEDEAO, em particular a sua limitada capacidade financeira, as suas ações na Costa do Marfim foram afetadas pela influência da antiga potência colonial, a França, e pelas disputas expostas entre os líderes regionais, especialmente, nas suas incursões anteriores na Libéria e na Serra Leoa. Não obstante, a interferência francesa teve maior impacto nos processos de paz no país, dada a conjugação de fatores e/ou interesses económicos e políticos. Devido a essas dinâmicas, as suas intervenções não foram capazes de eliminar culturas de violência e estruturas repressivas e, conseqüentemente, promover uma paz positiva duradoura.

Ao contrário das suas intervenções na Libéria e na Serra Leoa, em que se evidenciaram as fragilidades institucionais e pouca experiência em matéria de paz e segurança, as intervenções da CEDEAO na Costa do Marfim ocorreram no momento em que dispunha de uma maior capacidade institucional e experiência em matéria de paz e segurança. No momento em questão, a Comunidade já usufruía do seu principal mecanismo de paz e segurança – o Protocolo relativo ao Mecanismo para a Prevenção de Conflitos, Gestão, Resolução, Manutenção da Paz e Segurança (de agora em diante, Protocolo relativo ao Mecanismo) e o seu suplemento, o Protocolo sobre a Democracia e Boa Governança – e já tinha interferido em vários cenários de conflito na região. Contudo, a sua intervenção na Costa do Marfim afigurava-se desafiante.

Por um lado, havia inúmeras lacunas entre os seus países membros que desafiavam a operacionalização dos seus processos de paz (Gberie, 2022). Devido às disputas pelo poder e protagonismo regional, havia profundas clivagens entre o grupo anglófono, liderado pela Nigéria, e o grupo francófono, sob a liderança da Costa do Marfim, com fortes apoios da França (Entrevistado A, 2020; Fawole, 2004). Essas dinâmicas tornaram-se evidentes, sobretudo nas suas intervenções, lideradas pela

Nigéria, nos conflitos violentos da Libéria e da Serra Leoa, e acabaram por comprometer os processos de paz na Costa do Marfim (*ibidem*).

Por outro lado, a Costa do Marfim é um país cujas dinâmicas históricas – nomeadamente o processo colonial e a estratégia de descolonização – davam azo à interferência da sua antiga metrópole, o que aliada à sua postura antianglófona e ao seu anseio em liderar a francofonia e a região, desafiavam os processos de paz da CEDEAO (Entrevistado A, 2020; Fawole, 2004). De facto, a presença militar francesa no país e a relação entre os dois países, portanto, a relação entre a ex-metrópole e a ex-colónia, impunha uma certa cautela à CEDEAO (Fawole, 2004). Devido a essas circunstâncias, a Nigéria, um dos principais contribuintes das missões de paz da CEDEAO, não tinha interesse em intervir na Costa do Marfim, levantando, preocupações em torno do financiamento das missões da CEDEAO (Entrevistado A, 2020; Fawole, 2004).

Não obstante essas mecânicas, o conflito violento na Costa do Marfim ameaçava a estabilidade regional e violava os termos do Protocolo sobre a Democracia e Boa Governança e os princípios da União Africana, bem como a Declaração de Argel contra as mudanças inconstitucionais de governos, de modo que a CEDEAO empreendeu uma rápida resposta diplomática no sentido de (re)instaurar a paz e a segurança no país (Gberie e Addo, 2004). Acionando as disposições do Protocolo relativo ao Mecanismo, a 29 de setembro de 2002, dez dias após a tentativa de golpe de Estado falhada e consequente rebelião armada, realizou-se em Acra uma cimeira extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO onde se discutiram as estratégias para o restabelecimento da paz e segurança no país (Aning *et al.*, 2010: 330-333). Depois disso seguiram-se inúmeros esforços diplomáticos da Comunidade e a assinatura de vários acordos, visando restabelecer a paz e a segurança no país (Aning *et al.*, 2010).

Entretanto, as dinâmicas expostas, nomeadamente as relações de poder e amizade-inimizade entre os seus membros, comprometiam as ações da CEDEAO (Fawole, 2004; Gberie, 2022). Não era fácil para esta organização estabelecer, financiar e destacar uma missão para: 1) monitorizar o cessar-fogo; 2) auxiliar na implementação de um acordo de paz; 3) implementar as decisões relativas ao desarmamento dos insurgentes; e 4) ajudar a manter um ambiente propício ao diálogo entre os beligerantes (Gberie, 2022). Por causa dessas dinâmicas, não foi possível o destacamento – conforme previsto na Cimeira de Abuja, realizada a 23 de outubro de 2002 – da ECOWAS Mission in Côte d'Ivoire (ECOMICI), para monitorizar o cessar-fogo e ajudar a manter um ambiente propício para o diálogo entre os beligerantes (ECOWAS, 2003a: 7). Composta por 1200 contingentes militares<sup>5</sup> do Benin, do Gana, da Gâmbia, da

---

<sup>5</sup> Em abril de 2003 a CEDEAO aprovaria o aumento do contingente militar para 3200.

Guiné-Bissau, do Mali, do Níger, da Nigéria, do Senegal e do Togo, as forças da ECOMICI deviam ser destacadas a 31 de dezembro de 2002 (Bovcon, 2009). Contudo, devido à conjuntura anteriormente exposta, em fevereiro de 2003, apenas cerca de 500 soldados da CEDEAO estavam destacados em solo marfinense numa altura em que as forças francesas da operação Licorne contava com mais de 3000 efetivos (*ibidem*).

É crível afirmar, portanto, que é aproveitando essas lacunas e no anseio de salvaguardar os seus interesses na Costa do Marfim que Paris suplantou as ações da CEDEAO, dominando os processos de paz. Assim, essas intervenções e as ações posteriores da CEDEAO, empreendidas sob bases conflitantes e interesses outros, não conseguiram estabelecer uma paz positiva duradoura no país. Face às lacunas das ações da CEDEAO, Paris convocou uma reunião com as diferentes forças políticas marfinenses e os beligerantes, entre os dias 15 e 23 de janeiro de 2003, culminando na assinatura do Acordo de Paz de Linas-Marcoussis (Entrevistado A; Check, 2019). Em linhas gerais, este acordo: 1) incitou a formação de um Governo de Reconciliação Nacional (GRN), composto por elementos das diferentes formações políticas; 2) atribuiu ao GRN a missão de fortalecer a independência do poder judicial, restaurar a administração e os serviços públicos e reconstruir o país; 3) deu poder executivo à GRN para, conforme a delegação de poderes prevista na constituição do país, reconstruir o exército nacional, assegurar o desarmamento e conceder amnistia aos militares detidos sob a acusação de ameaçar a segurança do Estado, incluindo aqueles no exílio; 4) atribuiu ao GRN a responsabilidade de criar as condições para a realização das eleições no país; e 5) incitou a procura de apoio junto da CEDEAO, da França e da ONU no sentido de garantir a sustentabilidade das operações de paz (Aning *et al.*, 2010: 334-335).

O acordo expressou, também, preocupações com as questões da cidadania, identidade e estatuto de estrangeiros, uma das causas da violência armada (*ibidem*: 337). Assim, sob a insistência de Paris (Check, 2019), ficou decidido que o GRN iria: 1) promover, de imediato, o aumento de recursos para os processos de naturalização, com base numa melhor informação e, eventualmente, em projetos de cooperação implementados com o apoio dos parceiros internacionais; e 2) apresentar, a título excecional e no prazo de seis meses, um projeto de lei de naturalização destinado a regularizar, de forma simples e acessível, os casos das pessoas consideradas inelegíveis e em situação irregular no país (*ibidem*). Ora, uma análise crítica deste acordo evidencia uma forte componente da lógica de paz liberal. Mais, desvela que foi empreendido de modo a garantir os interesses do governo francês na Costa do Marfim (Check, 2019; Entrevistado A, 2020). Deste modo, não levou em consideração as reivindicações da população e a necessidade de afastar culturas de violências e

estruturas repressivas, bem como a necessidade de fomentar uma distribuição de poder mais justa, que não fosse exclusivamente focada nas elites. Aliás, apesar de ter sido assinado pelos beligerantes, Paris impôs a sua lógica nos processos negociais com vista a salvaguardar os seus interesses (Entrevistado A, 2020).

Embora tenha reconhecido a importância dos esforços da CEDEAO, França insistiu que as forças da sua missão Licorne e a da ECOMICI deviam funcionar em paralelo (Check, 2019). A operação Licorne, contudo, foi estabelecida no sentido de garantir a segurança dos cidadãos franceses e salvaguardar os seus interesses económicos na Costa do Marfim (*ibidem*). Tendo em conta que a CEDEAO se deparava com inúmeras lacunas, isso dava impulso às forças militares francesas, que dispunham de uma base no território marfinense, permitindo controlar militarmente o país (Entrevistado A, 2020; Yusuf, 2020). Na verdade, a presença das forças francesas no teatro das operações muito rapidamente evoluiu para uma força de interposição entre as forças armadas da Costa do Marfim e os insurgentes (Penna Filho e Koffi, 2014). Para muitos analistas, e alguns políticos, essa abordagem francesa permitiu a recomposição e reorganização das forças opositoras que via fracassada a sua tentativa de golpe contra o governo marfinense (*ibidem*). Portanto, as forças francesas acabaram por favorecer as ações dos opositores, prejudicando o intento das forças governamentais em controlar a revolta.

Por outro lado, Paris apoiava a candidatura de Alassane Ouattara à presidência do país (Check, 2019). Considerando que este estava em disputa política e judicial para provar a sua nacionalidade marfinense, a exigência de “apresentar, a título excepcional e no prazo de seis meses, um projeto de lei de naturalização destinado a regularizar, de forma simples e acessível, os casos das pessoas consideradas inelegíveis” afigurava-se como uma manobra de Paris para impulsionar a participação do “seu candidato” às eleições presidenciais e, com isso, perpetuar a sua influência no país (Entrevistado A, 2020; Entrevistado B, 2022). Lembramos que, sob a pressão de Paris, acordou-se a possibilidade de conceder amnistia àqueles que o governo identificou como responsáveis pela desestabilização do país e, no âmbito da provisão de delegação de autoridade, foram transferidos alguns poderes executivos ao primeiro-ministro, que tinha sido “indicado” por Paris (Check, 2019).

Essas abordagens ou inferências de Paris não foram bem aceites pela população marfinense, sobretudo pelos apoiantes de Gbagbo, de modo que, no rescaldo da assinatura do acordo de Linas-Marcoussis, registaram-se manifestações violentas em Abidjan, com os manifestantes a argumentarem que o acordo tinha sido uma imposição francesa (Sengupta, 2003). Face a esse cenário, a implementação do Acordo de Paz de Linas-Marcoussis fracassou, e o país continuou a viver sob ameaça da violência armada. Mesmo perante a reafirmação do apoio a este acordo de paz na 26.ª sessão

da Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, realizada em Dacar a 31 de janeiro de 2003 (ECOWAS, 2003b: 73-74), não se conseguiu criar as condições para a sua execução. A implementação do GRN e o desarmamento dos insurgentes afiguraram-se difíceis, pois o acordo não gerou um clima de confiança entre os beligerantes.

Digamos que, não obstante a assinatura do mesmo, Gbagbo e os seus apoiantes não estavam totalmente de acordo com muitas das disposições, nomeadamente a partilha do poder (Entrevistado A, 2020; Entrevistado B, 2022). Aliás, a reafirmação do apoio ao acordo por parte dos líderes da CEDEAO não passava de uma manobra de Paris (*ibidem*). Lembremos que Paris tem grande influência nas suas ex-colónias, a maioria dos países membros da CEDEAO, que, em muitas questões, agem em nome da francofonia (Entrevistado A, 2020; Entrevistado B, 2022; Yusuf, 2020).

Atendendo às dificuldades encontradas na sua implementação, a CEDEAO empreendeu várias iniciativas no sentido de cessar as crispações e garantir a (re)instauração da paz e segurança na Costa do Marfim (Aning *et al.*, 2010). De Acra a Pretória, várias foram as iniciativas neste sentido (*ibidem*). Contudo, devido à influência francesa, essas novas abordagens processaram-se sob o prisma do Acordo de Paz de Linas-Marcoussis, o que aliado às debilidades da CEDEAO – sobretudo no destacamento e financiamento da sua missão de paz – comprometeu a sustentabilidade das mesmas (Entrevistado A, 2020; Entrevistado B, 2022). Face a esse cenário, e perante a intensificação da violência e a deterioração da situação política, económica e social do país que se alastrou nos anos seguintes, em janeiro de 2007, o presidente Gbagbo apresentou um plano de paz ao então presidente da CEDEAO, Blaise Compaoré (presidente do Burkina-Faso), tendo solicitado o apoio desta organização à sua implementação (UNSC, 2007; ECOWAS, 2007). É sob essa iniciativa que, com a mediação do presidente Blaise Compaoré, os beligerantes assinaram, a 4 de março de 2007, o Acordo de Paz de Uagadugu (UNSC, 2007).

O facto de esta iniciativa ter partido de um dos beligerantes, sendo portanto uma “solução interna para a crise marfinense” (*ibidem*: 2; tradução do autor), justifica os avanços nos processos de paz conseguidos após a assinatura deste acordo. Com este acordo, o país conseguiu instituir uma paz negativa. Testemunhou-se um silenciamento das armas e um contínuo processo de restauração da normalidade no país (Penna Filho e Koffi, 2014). De certa forma, essa abordagem reforça a lógica da viragem local, portanto, a ideia de construção da paz a partir de colaboração entre atores internacionais e locais. Não obstante, as fragilidades das instituições do país, aliadas a outros interesses crispantes, dificultaram o sucesso desta abordagem de paz. Aliás, não

se diluíram as causas da violência e as questões relacionadas com a segurança humana pareciam estar em segundo plano.

Os beligerantes aperceberam-se que não era possível concretizar os seus anseios por via das armas, por isso, decidiram abrir-se ao diálogo, partilhar poderes e trabalhar em conjunto para a restauração da paz (Entrevistado B, 2022). Justifica-se assim a indicação de Guillaume Soro, chefe das forças opositoras, ao cargo de primeiro-ministro, com a missão de reunificar o país, resolver a questão da identificação da população marfinense e organizar eleições justas, transparentes e abertas a todos (Penna Filho e Koffi, 2014). No entanto, as eleições presidenciais realizadas em 2010, foram marcadas por inúmeras clivagens entre os partidários de Gbagbo e de Ouattara. Aliada às denúncias de interferência francesa no processo eleitoral (*ibidem*), essas dinâmicas incitaram o retorno da violência armada no país, o que demonstra a fragilidade da paz alcançada.

## CONCLUSÃO

Podemos concluir que as violências do processo colonial, expressas sobretudo nos sistemas económicos e na hierarquização e/ou divisão da população com base nos ideais “civilizados/não-civilizados” (assimilados/não-assimilados), criaram as bases para as clivagens socioeconómicas e políticas do Estado pós-colonial. A conjugação dessas dinâmicas, aliada à forma como a França processou a “transição” da soberania para a elite local e a lógica do poder instituído no pós-independência, mormente no período pós-regime Boigny, acabaram por fomentar as clivagens étnico-sociais e políticas, resultando no conflito violento de 2002-2007.

Não obstante as debilidades internas da CEDEAO, as suas intervenções na Costa do Marfim ficaram marcadas por dinâmicas pós-coloniais – nomeadamente, a interferência da antiga metrópole, a França, nos conflitos violentos e nos processos de paz – bem como pelas disputas pelo poder e protagonismo, também evidenciadas nas suas intervenções na Libéria, Serra Leoa e Guiné-Bissau. Face às debilidades da CEDEAO e no anseio de “reativar” os seus interesses no país, fortemente ameaçados pela nova abordagem política do presidente Gbagbo, Paris tomou a dianteira nos processos de paz, suplantando as ações da CEDEAO. O Acordo de Paz de Linas-Marcoussis, conseguido sob a sua égide, não representava os interesses da Costa do Marfim, de modo que o país continuou sob a ameaça da violência.

Mesmo perante o seu fracasso eminente, este acordo continuou a nortear as negociações empreendidas pela CEDEAO, numa clara tentativa de o governo francês manter o seu protagonismo na Costa do Marfim. Por isso, os acordos posteriores, empreendidos sob as bases do acordo de Linas-Marcoussis, não conseguiram gerar

confiança entre os beligerantes e criar as condições para a edificação de uma paz sustentável no país. As reivindicações da sociedade civil foram suplantadas por outros interesses. As questões identitárias, as crispções étnico-religiosas e regionais, as clivagens políticas, fortemente influenciadas por esses processos, continuaram ativas, ameaçando a sustentabilidade da paz.

Portanto, evidencia-se, assim, que as organizações regionais africanas, a CEDEAO neste caso específico, enfrentam influências várias nos seus processos de contribuição para a paz. Não obstante as suas debilidades e as dinâmicas regionais, torna-se necessário uma maior atenção às influências das dinâmicas extrarregionais, nomeadamente as interferências das potências externas, sobretudo as ex-potências coloniais. Os interesses seculares dessas últimas acabam por estar presentes nas dinâmicas regionais, em muitos casos, comprometendo a sustentabilidade da paz.

Revisto por Vanda Amaro Dias e Ana Sofia Veloso

### **MÁRIO GONÇALVES**

Doutorando na Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra  
Av. Dr. Dias da Silva 165, 3004-512 Coimbra, Portugal  
Contacto: gonalvesmacorreia@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0426-2379>

Artigo recebido a 08.11.2023

Aprovado para publicação a 18.01.2024

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Ahipeaud, Martial (2010), *Côte d'Ivoire : entre barbarie et démocratie*. Abidjan: Les éditions du CERAP.
- Akindès, Francis (2004), *The Roots of the Military-Political Crises in Côte d'Ivoire*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.
- Aning, Emmanuel Kwesi; Birikorang, Emma; Jaye, Thomas (2010), *Compendium of ECOWAS Peace and Security decisions: Protocols, Declarations and Peace Agreements*. Accra: Kofi Annan International Peacekeeping Training Center and German Development Cooperation.
- Badmus, Isiaka (2009), "Even the Stones are Burning: Explaining the Ethnic Dimensions of the Civil War in Côte d'Ivoire", *Journal of Social Sciences*, 18(1), 45-57.
- Bamba, Abou (2016), *African Miracle, African Mirage: Transitional Politics and the Paradox of Modernization in Ivory Coast*. Athens, OH: Ohio University Press.

- Bellamy, Alex; Williams, Paul (2005), "Who's Keeping the Peace? Regionalization and Contemporary Peace Operations", *International Security*, 29(4), 157-195.
- Booth, Ken (1991), "Security and Emancipation", *Review of International Studies*, 17(4), 313-326.
- Booth, Ken (2001), "Teorias e Práticas da Segurança no Século XX: Sequência Histórica e Mudança Radical", *Nação e Defesa*, 99, 19-50.
- Booth, Ken (2005), "Beyond Critical Security Studies", in Ken Booth (org.), *Critical Security Studies and World Politics*. London: Lynne Rienner Publishers, 259-278.
- Bovcon, Maja (2009), "France's Conflict Resolution Strategy in Côte d'Ivoire and its Ethical Implications", *African Studies Quarterly*, 11(1), 1-24.
- Chafer, Tony (2001), "French African Policy in Historical Perspective", *Journal of Contemporary African Studies*, 19(2), 165-182.
- Check, Nicasius (2019), "France and the Linas-Marcoussis Agreement on Côte D'Ivoire: Implication for Africa's continental integration", in Nicasius Check; Korwa Gombe Adar; Ajume Wingo (orgs.), *France's Africa Relations: Domination, Continuity and Contradiction*. Pretoria: Africa Institute of South Africa, 143-155.
- Collier, Paul (2009), *Wars, Guns and Votes: Democracy in the Dangerous Places*. London: Bodley Head Publisher.
- Cravo, Teresa Almeida; Lopes, Paula Duarte; Roque, Sílvia (2018), "Portugal e a promoção da paz: uma análise crítica dos processos pós-coloniais", *e-cadernos CES*, 29. <https://doi.org/10.4000/eces.3383>
- Crook, Richard (1990), "State, Society and Political Institutions in Côte d'Ivoire and Ghana", *Institute of Development Studies*, 21(4), 24-34.
- Crook, Richard (1989), "Patrimonialism, administrative effectiveness and economic development in Cote D'Ivoire", *African Affairs*, 205-228.
- Daddieh, Cyril (2001), "Elections and Ethnic Violence in Côte d'Ivoire: The Unfinished Business of Succession and Democratic Transition", *African Issues*, 29(1/2), 14-19.
- Diehl, Paul F. (1994), *International Peacekeeping*. Maryland: Johns Hopkins University Press.
- Diehl, Paul F. (2003), "Regional Conflict Management: Strategies, Necessary Conditions, and Comparative Effectiveness", in Paul F. Diehl; Joseph Leppgold (orgs.), *Regional Conflict Management*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield publishers, 41-79.
- ECOWAS – Economic Community of West African States (2003a), "Decision CAIMSC/DEC.1/5/03 Relating to the review of the Mandate of the ECOWAS Ceasefire Monitoring Force in Cote Divoire". *Official Journal of the Economic Community of West African States (ECOWAS)*, Vol. 43(June). Abuja: ECOWAS.
- ECOWAS – Economic Community of West African States (2003b), "ECOWAS Annual Report - Integration and development in West Africa: facing the immediate challenges". Abuja: ECOWAS.
- ECOWAS – Economic Community of West African States (2007), "Thirty-First Session of the Authority of Heads of State and Government. Ouagadougou, 19 January 2007. Final Communiqué". Ouagadougou: ECOWAS.

- Enuka, Chuka (2016), “Regional International Organizations as Conflict Managers: The Limits and Capabilities”, *African Research Review*, 10(2), 16-30.
- Fawole, Alade (2004), “ECOWAS and the crisis in Côte D’Ivoire: The Politics and Problems of Peacemaking in West Africa, Democracy and Development”, *Journal of West African Affairs*, 4(2), 8-26.
- Filho, José Maurício (2012), “Promover a paz ou prolongar conflitos violentos? A dualidade das missões de paz da ONU em Serra Leoa”. Tese de Mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Freire, Maria Raquel; Lopes, Paula Duarte (2009), “A segurança internacional e a institucionalização da manutenção da paz no âmbito da ONU: riscos e expectativas”, *e-cadernos CES*, 6. <https://doi.org/10.4000/eces.315>
- Galtung, Johan (1969), “Violence, Peace and Peace Research”, *Journal of Peace Research*, 6(3), 169-191.
- Galtung, Johan (1990), “Cultural Violence”, *Journal of Peace Research*, 27(3), 291-305.
- Galtung, Johan (2005), “Três formas de Violência, três formas de Paz: A Paz, a Guerra e a formação social indo-europeia”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 63-75. Tradução de João Paulo Moreira.
- Gberie, Lansana; Addo, Prosper (2004), “Challenges of Peace Implementation in Côte D’Ivoire”, Report 08/04. Accra: Kofi Annan International Peacekeeping Training Centre/Center for International Peace Operations.
- Gonçalves, Mário Elisandro Correia (2023), “O papel da CEDEAO na gestão de conflitos e construção da paz na África Ocidental: as intervenções na Serra Leoa, Guiné-Bissau e Costa do Marfim”. Tese de Doutoramento em Relações Internacionais – Política Internacional e Resolução de Conflitos, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Gregory, Shaun (2000), “The French Military in África: Past and Present”, *African Affairs*, 99, 435-448.
- Harshe, Rajen (1980), “French Neo-colonialism in Sub-Saharan Africa”, *India Quarterly*, 36(2), 159-178.
- Jones, Richard Wyn (1995), “‘Message in a Bottle’? Theory and Praxis in Critical Security Studies”, *Contemporary Security Policy*, 16(3), 299-319.
- Jones, Richard Wyn (1999), *Security, Strategy and Critical Theory*. London: Lynne Rienner Publishers.
- Kamara, Tom (2000), *Côte D’Ivoire: Implications of The December 1999 Coup D’Etat*. Geneva: United Nations High Commissioner for Refugees.
- Kohler, Jessica (2003), “From Miraculous to Disastrous: The Crisis in Côte D’Ivoire”. Geneva: CASIN – Centre for Applied Studies in International Negotiations.
- Konate, Ahmadou (2004), “The Politics of Identity and Violence in Côte d’Ivoire”, *West Africa Review*, 5, 1-22.

- Leppard, Joseph (2003), "Regionalism in the Post-Cold War Era: Incentives for Conflict Management", In Paul F. Diehl; Joseph Leppard (orgs.), *Regional Conflict Management*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 9-40.
- Mac Ginty, Roger; Richmond, Oliver P. (2013), "The Local Turn in Peace Building: A Critical Agenda for Peace", *Third World Quarterly*, 34(5), 763-783.
- Maganda, Willis (2020), "The Legacy and Impact of French Colonialism in Cote D'Ivoire (Ivory Coast)", *International Journal of Innovative Research and Advanced Studies (IJIRAS)*, 7(6), 52-59.
- Marshall-Fratani, Ruth (2006), "The War of 'Who Is Who': Autochthony, Nationalism, and Citizenship in the Ivoirian Crisis", *African Studies Review*, 49(2), 9-43.
- Maschietto, Roberta (2016), "Consolidação internacional da paz versus percepções locais sobre a paz: encontros e desencontros", *Conjuntura Global*, 5(3), 512-536.
- Mazgelyte, Ruta (2014), "The Failure of Regime Consolidation in Ivory Coast after 1990". Dissertação de Mestrado, Department of Political Science, Central European University, Budapest, Hungria.
- McNamara, Francis (1989), *France in Black Africa*. Washington, D.C.: National Defense University Press.
- Meledje, Jean-Claude (2018), "Côte D'Ivoire: From Pre-Colonisation to Colonial Legacy", *Social Evolution & History*, 17(1), 16-33.
- Morris, Justin; McCoubrey, Hilaire (1999), "Regional Peacekeeping in the Post-Cold War Era", *International Peacekeeping*, 6(2), 129-151.
- Mundt, Robert (1995), *Historical Dictionary of Côte d'Ivoire (The Ivory Coast)*. Lanham: Scarecrow Press.
- Ogwang, Tom (2011), "The Root Causes of the Conflict in Côte d'Ivoire", *The Africa Portal*, 5, 1-9.
- Paris, Roland (1997), "Peacebuilding and the Limits of Liberal Internationalism", *International Security*, 22(2), 54-89.
- Paris, Roland (2002), "International Peacebuilding and the 'Mission Civilisatrice'", *Review of International Studies*, 28, 637-656.
- Penna Filho, Pio; Koffi, Robert Badou (2014), "A França na África: as intervenções militares e suas motivações – O caso da Costa do Marfim", *Carta Internacional*, 9(2), 156-172.
- Piccolino, Giulia (2011), "David against Goliath in Côte d'Ivoire? Laurent Gbagbo War against Global Governance", *African Affairs*, 111(442), 1-23.
- Pureza, José Manuel (2011), "O desafio crítico dos Estudos para a Paz", *Relações Internacionais*, 32, 5-52.
- Richmond, Oliver (2011), *A Post-Liberal Peace*. London/New York: Routledge.
- Richmond, Oliver (2014), *Failed Statebuilding: Intervention, the State, and the Dynamics of Peace Formation*. New Haven: Yale University Press.
- Sengupta, Somini (2003), "Anti-French Rioting Rages on in Ivory Coast; Major Port Shut", *The New York Times*, 28 de janeiro. Consultado a 15.06.2022, em

<https://www.nytimes.com/2003/01/28/world/anti-french-rioting-rages-on-in-ivory-coast-major-port-shut.html>.

- Silva, Igor Castellano da; Oliveira, Lucas Kerr de; Diallo, Mamadou Alpha (2011), “A crise da Costa do Marfim: a desconstrução do projeto nacional e o neo-intervencionismo francês”, *Conjuntura Austral*, 2(6), 4-32.
- Soares, Guido F. S. (1986), “A emergência dos novos Estados na África Subsaariana e suas consequências para a política internacional”, *África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP*, 9, 128-137.
- Tavares, Rodrigo (2008), “Understanding Regional Peace and Security: A Framework for Analysis”, *Contemporary Politics*, 14(2), 107-127.
- Tchouteu, Janvier (2021), *Escuridão sobre a Costa do Marfim: Caso Laurent Gbagbo como lição para o resto da África*. New York: Tisi Books.
- UNSC – United Nations Security Council (2007), “Twelfth progress report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Côte d’Ivoire”, S/2007/133. S.I.: UNSC.
- Vogel, Jerome (1991), “Culture, Politics, and National Identity in Côte d’Ivoire”, *Social Research*, 58(2), 439-456.
- Widner, Jennifer (1991), “The 1990 Elections in Côte d’Ivoire”, *A Journal of Opinion*, 20(1), 31-40.
- Zolberg, Aristide (1969), *One-Party Government in the Ivory Coast*. Princeton, NJ: Princeton University Press.